

Mente e Intelecto na Vida Cristã

Aula 5. A mente cristã em ação: evangelismo e apologética

5.1 Uma abordagem inadequada na comunicação do evangelho

- Numa cultura marcada pelo pouco uso da mente, as pessoas tendem a persuadir outras de suas visões (religiosas, políticas ou quaisquer outras) por meio de retórica emocional ou frases que expressam correção política, e não por meio de argumentação lógica e racional.
- A maneira como as decisões são tomadas hoje em dia, como assuntos de interesse geral são discutidos, como a correção política prevalece sobre o bom senso, são expressões do anti-intelectualismo na sociedade moderna. A retórica sem a razão, a persuasão sem argumentação é simples manipulação.
- Nenhum movimento, seja ele político, religioso ou de qualquer outra natureza, pode florescer ou sobreviver com dignidade numa cultura se permitir que aconteça o seguinte:
 - a) Seus pontos de vista são considerados irracionais por um número significativo de pessoas e não são representados adequadamente entre os líderes intelectuais que modelam a estrutura de plausibilidade daquela cultura.
 - b) As pessoas que aderem ao movimento o fazem não com base na importância das idéias e das verdades que definem o movimento, mas com base na expectativa de ter suas necessidades supridas pelo movimento.
 - c) Os adeptos do movimento não são mobilizados e preparados a defender sua ideologia de modo articulado e inteligente em debates públicos.
- Infelizmente estas observações descrevem com bastante fidelidade a maneira como boa parte da comunidade evangélica apresenta o evangelho à nossa cultura.
- É comum ouvirmos pessoas explicando as razões que as levaram a mudar de igreja ou religião: elas gostaram das pessoas que encontraram, da recepção, da música, do ambiente, dos sermões etc. Raramente as razões apresentadas abordam as diferenças teológicas essenciais, que levam a comprometimentos por mudanças de idéias e atitudes. Se a razão não é importante em decisões sobre escolha de uma religião ou mudança de denominação, porque deveríamos esperar que fosse nas decisões subseqüentes da vida religiosa?
- Ao apresentar um evangelho fácil, onde as pessoas são envolvidas pela retórica, pela emoção e pela expectativa de verem suas necessidades supridas, a igreja pode até obter um rápido sucesso numérico em curto prazo, mas essa aparente vantagem contribuirá para a marginalização da igreja e da sua mensagem ao longo do tempo.

5.2 O papel da razão e o uso da apologética no evangelismo

- O termo “apologética” deriva da palavra grega “*apologeomai*”, cuja raiz significa “defender alguma coisa”. Uma definição moderna de apologética: é o ministério neo-testamentário que procura prover as bases racionais para a aceitação do Cristianismo, em todo ou em parte, e responder às objeções levantadas contra ele, em todo ou em parte. Apologética é um ministério da igreja destinado a ajudar os incrédulos a contornarem os obstáculos intelectuais à conversão e ajudar os crentes a removerem as dúvidas que impedem seu crescimento espiritual.
- O texto-chave que orienta a ação deste ministério é I Pedro 3:15. Em Judas 1:3 somos exortados a “contender diligentemente” pela fé. Essa expressão traz o significado de envolver-se numa competição, numa luta, num conflito ou debate e heroicamente batalhar para defender a fé, a justiça e a virtude. Também inclui a idéia de batalha intelectual, como colocada por Paulo em II Co 10:5.

- Batalha espiritual é uma luta contra pessoas, humanas e demoníacas, e a principal maneira com que pessoas influenciam outras pessoas é através de idéias que levam as outras a aceitar. Portanto, ferramentas intelectuais e raciocínio correto são um recurso importante, embora não único, na batalha espiritual. Outras ferramentas necessárias são preparação espiritual, discernimento, coragem e sabedoria.
- Em Atos, Paulo argumenta, raciocina, apresenta evidências e tenta racionalmente persuadir outros a se tornarem cristãos (Atos 14:15-17; 17:2-4 e 16-31; 18:4; 19:8-9). Ele focalizava a verdade e a razoabilidade do evangelho e não o fato de que o evangelho iria resolver os problemas de seus ouvintes. Embora as duas abordagens fossem verdadeiras, Paulo enfatizava a primeira e não a segunda.
- Jesus freqüentemente se envolveu em debates lógicos e argumentação racional com a ideologia falsa e destrutiva de sua época e em várias ocasiões disse às pessoas que cressem nele não apenas com base na sua palavra, mas em resposta à evidência de seus milagres (João 5:36; 10:25, 37-38).
- Paulo e Jesus deram continuidade ao estilo de persuasão profética do Velho Testamento. Regularmente os profetas apelavam para a evidência que justificava a crença no Deus das Escrituras ou na autoridade divina da sua mensagem inspirada: profecias cumpridas, a historicidade autêntica de seus milagres, a incapacidade das divindades pagãs de serem a causa de um universo tão grande e organizado etc. Eles não apenas falavam: “Vocês devem crer em Deus!”, mas apresentavam uma defesa racional para as suas declarações. Compare os seguintes textos: Ex 10:12, Jr 14:22, Is 2:22.

5.3 O valor da apologética no evangelismo

- Apologética e argumentação racional não são o único recurso relevante na pregação do evangelho, mas são ingredientes absolutamente essenciais no evangelismo bíblico. Uma ênfase no uso da razão no evangelismo torna a verdade do evangelho o seu foco central e não os benefícios que a pessoa ganha na conversão.
- Isto não significa que o cristão precisa ter seu título de mestrado ou doutorado em teologia para compartilhar sua fé com um descrente. Nos Evangelhos, as pessoas alcançadas por Jesus davam testemunho imediato de sua fé, sem passar por qualquer treinamento teológico. Porém, estes exemplos nos Evangelhos não estão ali para nos ensinar como evangelizar, o livro de Atos é que nos ensina isto.
- Um novo convertido deve testemunhar de Cristo assim que a oportunidade se apresenta, independentemente se tem ou não treinamento teológico, mas espera-se que um cristão maduro na fé tenha certa habilidade em ser mais articulado na apresentação do evangelho. Uma vida de estudo e crescimento intelectual pode tornar alguém mais eficiente no evangelismo pessoal, mas certamente há um custo alto para isto.
- Outra perspectiva interessante na abordagem apologética é que a comunicação do evangelho passa a ser mais espontânea e natural quando a pessoa possui uma cosmovisão cristã bem integrada. Se o cristão vive uma dicotomia entre o secular e o sagrado, terá dificuldade em introduzir o evangelho numa conversa sobre assuntos seculares.

5.4 A apologética na educação cristã infantil

- É muito importante que pais cristãos ensinem desde cedo para seus filhos as razões de sua fé. Mesmo crianças pequenas podem ter questionamentos intelectuais profundos sobre Deus e a vida

cristã. E se isto não for levado a sério pelos pais, se boas respostas não forem dadas a estes questionamentos, seu compromisso com Cristo pode ser seriamente afetado mais cedo ou mais tarde em sua vida.

- Infelizmente, a entrada na universidade marca a ruptura com o cristianismo para muitos jovens nascidos em lar evangélico. Mesmo que não cheguem a abandonar completamente a sua fé, tornam-se críticos, mundanos e independentes de Deus.
- O grande desafio que pais cristãos e as escolas bíblicas enfrentam é convencer crianças que o cristianismo não é hereditário. É preciso suprir nossos filhos com razões que expliquem em que cremos e porque cremos e equipá-los com os recursos necessários para que possam defender sua fé. Quando chega a hora do confronto, é muito mais fácil abandonar uma posição que não se consegue defender.

5.5 A apologética em ação: respondendo ao ceticismo, ao cientificismo e ao relativismo moral

5.5.1 Ceticismo

- Há várias formas de ceticismo. Em geral, o cético é aquele que não acredita que seja possível conhecer ou se justificar racionalmente uma crença. Alguns céticos estendem sua posição a todas as crenças, ao passo que outros admitem o conhecimento em certas áreas, como ciência ou matemática, mas são céticos em relação à ética e à religião.
- O foco central do ceticismo é o conhecimento e não as crenças em si. Existem duas questões básicas relativas à busca humana por conhecimento:
 - a) O que é que nós sabemos? Esta é uma questão sobre os itens específicos do conhecimento que possuímos e sobre a extensão ou limites do nosso conhecimento.
 - b) Como podemos decidir em cada caso se temos ou não o conhecimento necessário para julgar aquele caso? Quais são os critérios para se estabelecer o conhecimento?
- Para lidar com estas questões precisamos entender o dilema do critério. Suponhamos que vamos dividir nossas crenças em dois grupos: as verdadeiras e as falsas. Para fazer isto precisamos ter uma resposta para pelo menos uma das questões anteriores. Descobrimos então que não podemos responder a primeira se não respondermos antes a segunda. Mas para respondermos a segunda precisamos antes responder a primeira (o dilema). Se não sabemos como conhecemos as coisas, como podemos conhecer alguma coisa ou traçar limites ao conhecimento humano? E se não sabemos algumas coisas antes de perguntarmos a nós mesmos como podemos ter conhecimento em primeiro lugar, em que base vamos responder a todas estas questões?
- O ceticismo é uma das soluções para este dilema ao afirmar que não existe solução para isto, ou seja, que não existe conhecimento ou que não é possível conhecer. Outras duas soluções adotam a perspectiva de que se é possível possuir conhecimento: o metodismo e o particularismo.
- O metodismo baseia-se principalmente nas idéias de filósofos como John Locke (1632-1704) e René Descartes (1596-1650). De acordo com esta escola, é preciso responder antes a segunda questão, ou seja, estabelecer critérios para o conhecimento. Então, antes de conhecermos uma proposição P (há um carro no estacionamento) precisamos ter um critério geral Q (se podemos sentir o carro com nossos sentidos – ver, tocá-lo – então o carro é um item de conhecimento), e ainda precisamos saber que Q satisfaz P , ou seja, precisamos de outro critério (R). Resumindo, se alguma coisa aparece de certa maneira aos nossos sentidos, então, na ausência de razões que nos façam desconfiar de nossos sentidos, *podemos saber* que aquela coisa é aquilo que aparenta ser.

- O problema do metodismo é que ele nos leva a uma regressão infinita. Se o cético perguntar como podemos conhecer Q e R , o metodista terá de arranjar um novo critério Q' , que especifique como *ele conhece* Q e outro critério R' , que explique como *ele sabe* que Q satisfaz P .
- O particularismo foi desenvolvido por filósofos como Thomas Reid (Escócia, 1710-1796), Roderick Chisholm (Estados Unidos, 1916-1999) e George Edward Moore (Inglaterra, 1873-1958). De acordo com os particularistas, nós podemos conhecer algumas coisas de modo simples e direto, sem a necessidade de estabelecer critérios sobre como as conhecemos (e.g. eu tomei café esta manhã; estou sentado numa cadeira; $2 + 3 = 5$; bondade é uma virtude etc). Simplesmente identificamos situações claras e diretas de conhecimento, sem possuir ou aplicar critérios para este conhecimento. A partir destas situações mais específicas de conhecimento, desenvolvemos critérios de conhecimento consistentes com estes casos mais simples e usamos estes critérios para fazer julgamentos em situações mais complexas de conhecimento, mas sempre justificando estes critérios pela sua congruência com as situações mais específicas de conhecimento. Por exemplo, podemos começar com algum conhecimento moral ou legal mais simples (matar é errado; o IR deve ser pago em 30/04) e a partir daí formular critérios para estabelecer quando alguma coisa é moral ou legal. Estes mesmos critérios podem ser usados para julgar casos em áreas mais cinzas, de solução mais complexa (e.g. eutanásia é errada).
- Embora o cético possa refutar o particularista questionando como ele sabe que possui determinado conhecimento, este tipo de questionamento não constitui uma posição racionalmente defensável, pois se não é possível conhecer alguma coisa, então também não há razão para se duvidar razoavelmente de alguma coisa. O próprio ceticismo não pode ser afirmado ou defendido sem pressupor a existência de conhecimento.
- Para o cético, o ônus da prova reside sobre aquele que diz ter conhecimento. Se existe alguma possibilidade lógica de alguém estar errado, então não existe conhecimento porque o conhecimento exige 100% de certeza. Isto é absurdo. Entre as duas principais tarefas na procura do conhecimento (obter crenças verdadeiras e justificáveis ou evitar crenças falsas e não-justificáveis), o cético prioriza a segunda. O cético pensa que evitar o erro é melhor que obter a verdade e acha que a sua posição precisa ser refutada antes que alguém alegue possuir conhecimento.
- Para o particularista, o ônus da prova reside sobre o cético. Refutar alguma coisa não significa sempre provar que esteja errada, mas simplesmente mostrar que o cético é incapaz de demonstrar convincentemente que ele está certo. O particularista prioriza a obtenção do maior número possível de verdades disponíveis no mundo e reconhece que não há razões consistentes para negar o que é óbvio para todos: que é possível conhecer muitas coisas.

5.5.2 Cientificismo

- Cientificismo é a visão de que a ciência é o único paradigma da verdade e da racionalidade. Se alguma coisa não se enquadra no conhecimento científico bem estabelecido, ou se não pode ser examinada pela metodologia científica, então ela está fora do domínio da investigação científica e, como consequência, não pode ser verdadeira ou racional. Tudo que não possa ser abrangido pela ciência é matéria de crença ou opinião pessoal e subjetiva, e não pode ser racionalmente avaliado. A ciência, exclusiva e idealmente, é o modelo de excelência intelectual.
- Há duas formas de cientificismo: o fraco e o forte. Para o cientificismo forte, qualquer proposição ou teoria só é válida, verdadeira e racional se, e somente se, for uma proposição ou teoria científica. Não há verdades fora das verdades científicas, e mesmo que haja, não seria razoável crer nelas.

- O cientificismo fraco admite a existência de verdades aparte da ciência e até reconhece certo status positivo de racionalidade em algumas delas, mas ainda assim mantém que a ciência é o mais valioso, sério e autoritativo setor do aprendizado humano.
- Na perspectiva do cientificismo forte, a teologia não é uma atividade racional e não existe algo como conhecimento teológico. Na perspectiva do cientificismo fraco, a conversa entre a teologia e a ciência não passa de um monólogo, onde a teologia somente ouve e depende do apoio da ciência.
- Tanto o cientificismo forte como o fraco são auto-refutáveis, ou seja, se referem e se falsificam a si mesmos. O cientificismo forte não é em si mesmo uma proposição científica, mas uma proposição filosófica sobre a ciência. Em outras palavras, o cientificismo forte é uma posição filosófica, e não científica.
- A ciência se apóia em várias pressuposições e teses filosóficas, sem as quais não poderia existir como ciência. Portanto, as conclusões da ciência não podem ser mais certas que as pressuposições filosóficas nas quais se apóia e usa para chegar a estas mesmas conclusões.
- Algumas das pressuposições filosóficas da ciência:
 - a) a existência de um mundo exterior, que independe de qualquer teoria;
 - b) a ordem natural do mundo exterior;
 - c) a possibilidade de conhecer o mundo exterior;
 - d) a existência da verdade;
 - e) as leis da lógica;
 - f) a confiabilidade das nossas faculdades cognitivas e sensoriais na busca da verdade e como uma fonte de crenças justificáveis no nosso ambiente intelectual;
 - g) a adequação da linguagem na descrição do mundo
 - h) a existência de valores usados na ciência (e.g. honestidade na condução de experimentos e na comunicação dos resultados);
 - i) a existência de números e de verdades matemáticas.

5.5.3 Relativismo moral

- O relativismo moral implica em que as proposições morais não são simplesmente verdadeiras ou falsas, mas que os valores dos princípios morais (verdadeiros ou falsos) dependem das crenças de uma determinada cultura (e.g. o adultério pode ser moralmente permissível para a cultura A e moralmente proibido para a cultura B).
- Há pelo menos cinco objeções ao relativismo moral:
 - a) É difícil definir o que é uma sociedade ou especificar qual a sociedade é relevante para julgar cada caso moral. No exemplo acima, suponhamos que um homem da sociedade A pratique sexo extraconjugal com uma mulher da sociedade B num hotel da sociedade C, a qual tem uma visão em relação ao adultério diferente de A e B. Qual sociedade é relevante para determinar se o ato foi certo ou errado?
 - b) Cada indivíduo com frequência pertence simultaneamente a diferentes sociedades que podem ter diferentes valores morais: a família nuclear, a família ampliada, a vizinhança, a escola, o trabalho, a igreja, o clube social, a cidade, o estado, a nação, a comunidade internacional. Qual sociedade é a mais relevante para julgar cada caso?
 - c) O relativismo moral é afetado pelo “dilema do reformador”. Se o relativismo moral for verdadeiro, então será impossível para qualquer sociedade ter um reformador moral, como Jesus Cristo, Gandhi ou Martin Luter King. Reformadores morais são pessoas que se levantam contra o código moral de uma sociedade e clamam por reformas e mudanças naquele código. Porém, na perspectiva do relativismo moral o próprio reformador moral é,

por definição, uma pessoa imoral, pois está indo contra o código moral validado pela sua própria sociedade.

- d) Alguns atos são errados independentemente das convenções sociais. De fato, muitos atos são certos ou errados mesmo que a sociedade não fale nada a seu respeito (o clássico exemplo de torturar bebês!).
- e) Se o relativismo moral é verdadeiro, como justificar uma sociedade por moralmente criticar outra em certos casos?

- A Bíblia claramente descarta a possibilidade do relativismo moral (Rm 2:14-15).

- *PARA REFLETIR: Um amigo lhe diz que a religião é o grande problema da humanidade, pois muitas guerras e atrocidades foram cometidas em nome da religião, particularmente em nome do cristianismo. Como você lhe responderia?*